

27.11 A 01.12

RELATÓRIO SEMANAL

As informações contidas nessa publicação são produzidas com **exclusividade para o nosso associado**

Valorize o seu conteúdo!
Evite a distribuição indevida ao público externo.

SUMÁRIO

CLIQUE NO NÚMERO DA PÁGINA PARA SER REDIRECIONADO À SEÇÃO!

3

Aneel aprova nova governança na formação de preços em linha com sugestões da Abraceel

5

Abraceel discute contribuições na CP do varejista com a Aneel

7

Sem esquecer bandeiras do mercado, Encontro Anual do Mercado Livre repercute semana tensa no Congresso Nacional

9

Grupo Técnico discute proposta de redução de inflexibilidade termelétrica

11

Open energy: compartilhamento de dados em outros setores serve de parâmetro para mercado elétrico

14

Abraceel na Mídia

17

Curtas

21

E o Congresso?

24

Próxima Semana

Aneel aprova nova governança na formação de preços em linha com sugestões da Abraceel

Matéria em 1 minuto:

- Novo regulamento esclarece casos de ajustes nos modelos que serão submetidos a ritos expeditos de aprovação, a exemplo daqueles realizados para corrigirem erros;

- Aprovado por unanimidade pela diretoria da Agência, o regramento prevê que o Comitê Técnico PMO/PLD decidirá o prazo entre a divulgação e a implementação de um novo modelo satélite ou aprimoramento devido, sem perder de vista a antecedência mínima de um mês operacional, conforme defendido pela Abraceel;

- A vigência da resolução começará 180 dias após publicação, permitindo que os Procedimentos de Rede sejam revistos no período.

No dia 28.11, a Diretoria da Aneel aprovou, por unanimidade, a nova governança da formação de preços. Na edição anterior do Relatório Semanal a Abraceel disponibilizou a [síntese da proposta](#). O tema foi tratado na Consulta Pública 43/2022 e recebeu [contribuições da Abraceel](#) em novembro do ano passado.

Alterações nas versões dos modelos de forma expedita

Em linha com recomendação da Abraceel, o regulamento esclarece os casos de ajustes nas versões dos modelos que serão submetidos aos ritos expeditos de aprovação, tais como aqueles que são provenientes de correção de erros e ajustes relacionados à dimensão numérica de variáveis ou formatação de dados de entrada e saída.

Atualização dos modelos satélites

A nova resolução prevê que o Comitê Técnico PMO/PLD (CT PMO/PLD) decidirá, para cada caso, qual será o prazo entre a divulgação e a implementação de um novo modelo satélite ou aprimoramento devido, sem perder de vista a antecedência mínima de um mês operacional.

Representação das UNSI

As diretrizes gerais da representação da geração das Usinas Não Simuladas Individualmente (UNSI) estarão na resolução. Contudo, o detalhamento estará em Procedimento de Rede, conferindo maior celeridade ao processo.

As alterações metodológicas deverão ser avaliadas pelo CT PMO/PLD, devendo a implementação ocorrer após a alteração dos Procedimentos de Rede, com participação dos agentes e previsibilidade devida.



Previsibilidade e transparência nos dados de entrada

A resolução não diferencia os ativos de geração em termos de relevância. Porém, não são todas as restrições hidráulicas que devem ser enquadradas no critério de previsibilidade, mas sim apenas aqueles relevantes por iniciativa de órgão competente de licenciamento ambiental ou outorga de recursos hídricos.

Adicionalmente, é previsto que, no caso de atualização excepcional em dado de entrada decorrer de autorização pelo CMSE, o marco inicial para a antecedência de um mês operativo será a decisão do órgão competente (interno ou externo ao setor elétrico).

CT PMO/PLD

Foi incluída na resolução normativa a necessidade de disponibilizar na internet as datas, pautas e atas das reuniões, além dos documentos relacionados aos temas tratados. Complementarmente, foi inserida previsão para estabelecimento de prazo para manifestação dos agentes anteriormente à validação de cada nova proposta do CT, e que a Aneel irá homologar o regimento interno do Comitê.

Vigência da Resolução

A resolução terá vigência 180 dias a partir da sua publicação, de forma a permitir que os Procedimentos de Rede sejam revistos ao longo desse período.

Regulador aprova plano de contingência do Dessem

Na mesma Reunião Pública, a Diretoria da Aneel decidiu, por unanimidade, aprovar o novo plano de contingência do Dessem para publicação do PLD, já vigente desde março, que corresponderá às seguintes etapas:

1º nível de contingência: execução do modelo Dessem desabilitando o algoritmo crossover.

2º nível de contingência: execução do modelo Dessem desabilitando o algoritmo crossover e a representação dos Unit Commitment das usinas termelétricas.

3º nível de contingência: quando não for possível obter os resultados do modelo Dessem, o PLD deverá ser o PLD do dia anterior (D-1), no caso de os dois dias serem úteis.

Cabe lembrar que, na abertura da CP 07/2023, a Diretoria da Aneel já havia aprovado a utilização desse novo plano de contingência pelo ONS e CCEE. A deliberação reitera apenas que o procedimento continuará após a sociedade ter sido consultada.

Além disso, o colegiado determinou que o ONS e a CCEE, no âmbito do CT PMO/PLD, ampliem as possibilidades consideradas no levantamento para verificar se há risco de a convergência, como prevista, levar a resultados indesejados. Caso seja identificado algo, os ajustes necessários devem ser avaliados para buscar a mitigação do risco, com eventual ajuste no plano de contingência.

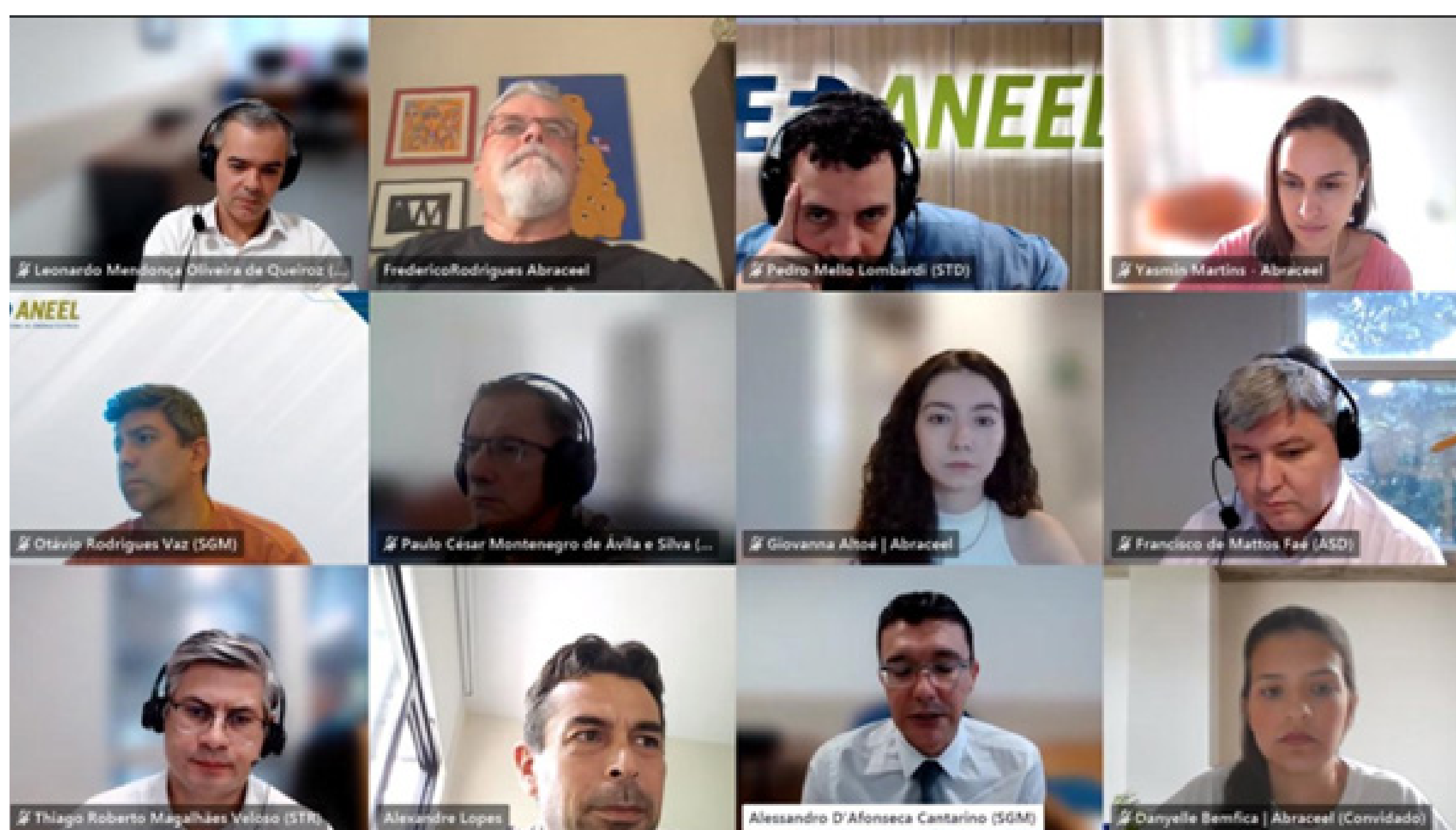
Ademais, a Diretoria da Aneel determinou que o ONS e a CCEE proponham medidas de contingência para as situações em que as etapas associadas aos modelos Newave e Decomp não sejam concluídas.

Abraceel discute contribuições na CP do varejista com a Aneel

Matéria em 1 minuto:

- SGM aponta que alguns aspectos sobre o produto padrão ainda devem ser aprofundados;
- Aneel indicou que trabalha para fechar a análise das contribuições da CP 28 ainda este ano;
- Mapeamento das contribuições realizado pela Abraceel revelou que maior parte dos agentes é contrária à necessidade de adequações no SMF para efetivar migrações ao ACL.

No dia 27.11, a Abraceel se reuniu com as equipes das Superintendências de Regulação dos Serviços de Geração e do Mercado de Energia Elétrica (SGM), de Regulação dos Serviços de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica (STD) e de Gestão Tarifária e Regulação Econômica (STR) da Aneel. O objetivo foi apresentar o mapeamento realizado pela Associação das contribuições enviadas pelos agentes à Consulta Pública 28/2023 da Aneel, que trata do aprimoramento da regulamentação da comercialização varejista de energia.



A Abraceel iniciou a reunião explicando todos os tópicos mapeados nas contribuições da referida consulta pública, mostrando que grande parte dos agentes se posicionou a favor da (i) criação do Sistema de Gestão de Informações, com gestão por parte da CCEE, (ii) normatização do open energy e (iii) instituição de medidas que simplifiquem o processo de migração. Além disso, a maioria dos agentes também se mostrou favorável à proposta de produto padrão apresentada pela Aneel.

Sobre o produto padrão, Otávio Vaz, gerente de mercado da SGM, concordou com o que foi externado pelas associadas da Abraceel durante a reunião do Grupo Técnico, de que a estruturação desse produto pode não refletir a melhor alternativa de comparação para o consumidor e que o ideal seria a existência de mais de um tipo de produto padrão. A SGM disse que está realizando um estudo mais aprofundado sobre as características que devem constar no produto padrão para que ele cumpra seu propósito, com atenção especial para a consideração de encargos.

A Abraceel explicou que o produto mais negociado no mercado pode não ser o produto mais efetivo para ser padronizado, considerando que alguns elementos, como encargos e desconto da TUSD, dependem fundamentalmente das especificidades de cada consumidor, sendo que um padrão desses elementos pode, na prática, ser aplicável a poucos consumidores. O objetivo é que o produto padrão seja compatível com o maior número possível de consumidores.

Outra questão que se destacou nas contribuições mapeadas pela Abraceel foi o tema dos requisitos de adequação de medição exigidos pelas distribuidoras para a migração ao mercado livre. A maioria dos agentes que ofereceram propostas se manifestou contra a obrigatoriedade de quaisquer adequações no SMF, haja vista que o sistema utilizado para medição e faturamento no ACR poderia ser utilizado também no ACL.

A Aneel questionou se isso não poderia levar a prejuízos durante a medição, considerando os pré-requisitos estabelecidos pela CCEE para realizar o processo. Em resposta, a Abraceel entende que a maioria dos consumidores do Grupo A já tem os requisitos necessários para a medição e faturamento no ACL e que os poucos casos que exigirem adequações podem ser resolvidos com processo de adaptação separado ao da migração.

Em relação ao prazo de desligamento do consumidor inadimplente, a Aneel externou preocupação com a possibilidade de o agente regularizar sua situação perante o comercializador logo antes do corte. Em resposta, a Abraceel afirmou que, com as atualizações propostas pela Câmara para o sistema de notificações, haveria tempo hábil para a adimplência ser reconhecida antes do corte, o que também incentiva o agente a realizar essa regularização com a maior brevidade possível.

Por fim, a SGM agradeceu as explicações e informou que trabalha para fechar a análise das contribuições na CP 28/2023 ainda este ano.

Sem esquecer bandeiras do mercado, Encontro Anual do Mercado Livre repercute semana tensa no Congresso Nacional

Matéria em 1 minuto:

- Evento contou com parceria da Abraceel na organização do conteúdo e promoveu debates sobre abertura do mercado livre, segurança e monitoramento, formação de preços e eficiência e combate a subsídios;
- Vice-presidentes da Abraceel atuaram principalmente como moderadores das discussões, que envolveram autoridades e agentes do mercado;
- Presente no evento, Diretor-Geral da Aneel Sandoval Feitosa reforça compromisso com avanço da agenda regulatória do mercado livre.

O Encontro Anual do Mercado Livre (EAML), realizado entre 29.11 e 01.12 na Costa do Sauípe, Bahia, foi marcado por debates em torno das perspectivas de avanços de temas como a expansão e a consolidação da abertura do mercado elétrico, segurança de mercado, formação de preços e redução de ineficiências.

Este último tema, por sinal, bastante relevante diante dos acontecimentos que marcaram a tramitação do PL 11.247/2018, foco originalmente de regras para normatizar a geração eólica offshore, mas que acabou sendo receptáculo de medidas que aumentaram reservas de mercado para fontes específicas de geração e subsídios para serem custeados pelos consumidores.

Mário Menel e Edvaldo Santana deram o tom na abertura do evento, criticando a incoerência de ocorrer sucessivas aprovações de medidas que significam ainda mais ineficiências no mercado, custos aos consumidores e prejuízos para a governança setorial. As medidas que visaram cercear o avanço do ambiente competitivo, mesmo que não tenham sido bem-sucedidas, acabaram também permeando as discussões.

Frederico Rodrigues, Alexandre Lopes e Bernardo Sicsú, Vice-Presidentes da Abraceel, se dividiram na moderação de diversas sessões, incluindo painéis sobre o mercado varejista do Texas, desafios regulatórios para trazer avanços do mercado varejista de energia brasileiro e aprimoramentos na governança de formação de preços.

Durante a abertura, foi transmitido vídeo do Presidente da Abraceel, Rodrigo Ferreira, que lamentou sua ausência, a primeira desde que o evento foi

criado por ele mesmo há 15 anos, justificando-a em razão da votação do PL 11.247/2018, que trazia pontos de grande preocupação para o mercado livre.

Aneel reforça compromisso com a agenda do mercado livre

Presente no evento, o Diretor-Geral da Aneel, Sandoval Feitosa, destacou o avanço de temas regulatórios prioritários para o mercado livre, tais como o monitoramento, varejista e limites do PLD. Disse, inclusive, que pretende discutir o open energy em sandbox, de forma a repetir no setor elétrico o êxito de outros setores na abertura dos dados. Ao final, reforçou que o regulador está se estruturando para o avanço do mercado livre, diretriz da política pública.

Perspectivas: regulação da comercialização varejista concluída em 2023

Felipe Calabria, Superintendente-Adjunto da Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração e do Mercado (SGM) da Aneel, lembrou os participantes que o Diretor da Agência, Ricardo Tili, tem indicado constantemente que deseja finalizar a consulta pública de aprimoramento da comercialização varejista, incluindo resoluções, ainda este ano. A última reunião pública ordinária da Diretoria da Aneel está marcada para 12.12, um indicativo de quando o tema pode ser votado.

Marcelo Loureiro, Conselheiro da CCEE, disse que a Câmara está preparada para recepcionar os consumidores livres na modalidade varejistas mesmo com os processos e sistemas atuais que, ainda que não os ideais, estão preparados para concluir as migrações a partir de janeiro de 2024.

Loureiro ainda solicitou que os agentes do mercado antecipem e iniciem os processos de migração. Isso porque há elevado número de contratos denunciados, mas quantidade inferior de migrações iniciadas no sistema da CCEE, que simplificou processos para agilizar a migração.





Grupo Técnico discute proposta de redução de inflexibilidade termelétrica

Matéria em 1 minuto:

- Associadas entendem que é preciso avaliar resultados do Dessem na caracterização do cenário de excedentes energéticos de forma a observar a precificação horária e evitar que inflexibilidades sejam dispensadas justamente quando se mostram necessárias;

- Há apoio à proposta colocada em consulta pública pelo MME, uma vez que busca a redução de custos para os consumidores cativos e o acionamento de fontes mais baratas, ampliando a flexibilidade operativa;

- Abraceel enviou minuta de contribuição por e-mail e recebe sugestões das associadas até a segunda-feira, dia 04.12, às 12h. O prazo para envio ao MME se encerra no mesmo dia.

No dia 27.11, o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu para discutir os termos da Consulta Pública 158/2023 do MME, que trata de proposta de portaria normativa para estabelecer diretrizes visando a otimização de geração de energia inflexível proveniente das usinas termelétricas no SIN em cenário de excedentes energéticos. Estiveram presentes cerca de 60 participantes.



Yasmin Oliveira, Coordenadora de Energia da Abraceel, iniciou a reunião apresentando a recomendação proposta pelo MME, que consiste na possibilidade de redução da inflexibilidade pelo gerador termelétrico contratado por disponibilidade, associada a uma diminuição da receita do contrato de CCEAR, quando for caracterizado um cenário de excedente energético com excesso de oferta de fontes renováveis.

A redução precisa ser favorável à distribuidora contratante, que deverá adquirir a energia no mercado de curto prazo. O gerador então terá o com-

combustível livre para negociar ou lhe dar outra destinação, de forma que poderá auferir receita superior à redução proposta.

Um dos pré-requisitos considerados para caracterizar um cenário de excedente energético é o CMO médio nulo, tanto na análise presente quanto a expectativa futura de até dois meses. Isso gerou preocupação nas associadas, pois o sinal econômico dado pelo CMO seria analisado por meio da saída do Decomp, responsável pela precificação de médio prazo.

No entanto, foi observado que, em dias de pico de demanda, o Dessem apresentou precificação horária muito elevada e que não condizia com a previsão do Decomp. Assim, segundo as associadas, a subtração da inflexibilidade térmica pode causar um preço horário muito mais volátil nesses momentos de grande demanda, o que pode ser mais um fator de imprevisibilidade nos preços.

Outro aspecto apontado pelas associadas foi a possível baixa atratividade da proposta para o gerador, uma vez que ele precisará ainda se manter disponível em caso de necessidade sistêmica e despacho do ONS. Além disso, ele também assumirá o risco de não obter êxito na venda do combustível. Apesar das preocupações, as associadas entendem a proposta como positiva, uma vez que permite reduzir custos para o ACR e acionar fontes mais baratas, aumentando a eficiência do SIN.

A Abraceel enviou para o Grupo Técnico a minuta de contribuição favorável à proposta do MME, levando em consideração os pontos levantados pelas empresas associadas durante a reunião. As associadas podem enviar sugestões até 04.12, às 12h, já que o prazo final para envio das propostas ao MME será encerrado no mesmo dia. A apresentação realizada pode ser lida na área restrita do [site](#) da Abraceel, aba de “Apresentações exclusivas”.

Open energy: compartilhamento de dados em outros setores serve de parâmetro para mercado

Matéria em 1 minuto:

- Abraceel realizou workshop com especialistas para discutir o conceito, importância e formas de implementar a abertura dos dados no setor de energia elétrica;
- Compartilhamento de dados dos consumidores nos mercados financeiro e de seguros oferece caminhos para a jornada no setor elétrico;
- Implementação do open energy passa por etapas e protocolos já identificados e assunto entrou em discussão na consulta pública do MME sobre renovação de concessões de distribuição.

No dia 24.11, a Abraceel promoveu o Workshop Open Energy, evento que reuniu mais de 300 participantes, entre associados e agentes do mercado, para debater a importância do compartilhamento de dados dos consumidores no setor elétrico, incluindo formas de implementá-lo e cuidados necessários. O evento está disponível no [canal da Abraceel no YouTube](#).

Rodrigo Ferreira, Presidente-Executivo da Abraceel, inaugurou o evento e explicou que, em um mercado competitivo, ter dados dos consumidores de maneira compartilhável é fundamental. Isso será cada vez mais importante porque o processo de abertura transformará o mercado elétrico em grande mercado de varejo – e que o atual estágio, com o ingresso de milhares de consumidores do Grupo A no ambiente livre, já enseja esse tipo de solução. “Esse tema é urgente, está atrasado no Brasil e nós precisamos impulsionar”, apontou, frisando que a solução será criada com os agentes e partes envolvidas no tema.

Bernardo Sicsú, Vice-Presidente de Estratégia e Comunicação da Abraceel, exerceu o papel de moderação no evento e lembrou que a Abraceel passou a apoiar e a trabalhar por esse tema há dois anos, fazendo parte inclusive do plano de metas da Associação, definido em Planejamento Estratégico pelas associadas. O assunto está ganhando importância crescente, tanto que entrou na discussão da consulta pública aberta para discutir as diretrizes para a renovação de concessões de distribuição de energia vincendas.

Nayanne Brito, Coordenadora de Regulação e Mercado de Energia da associada Engie e uma das primeiras defensoras do conceito de open energy, esclareceu que o termo se refere à autonomia do consumidor em relação aos próprios dados de consumo, com permissão para autorizar o compar-

tilhamento deles para outras empresas de maneira interoperável, o que pressupõe que estejam em formatos operacionais compatíveis.

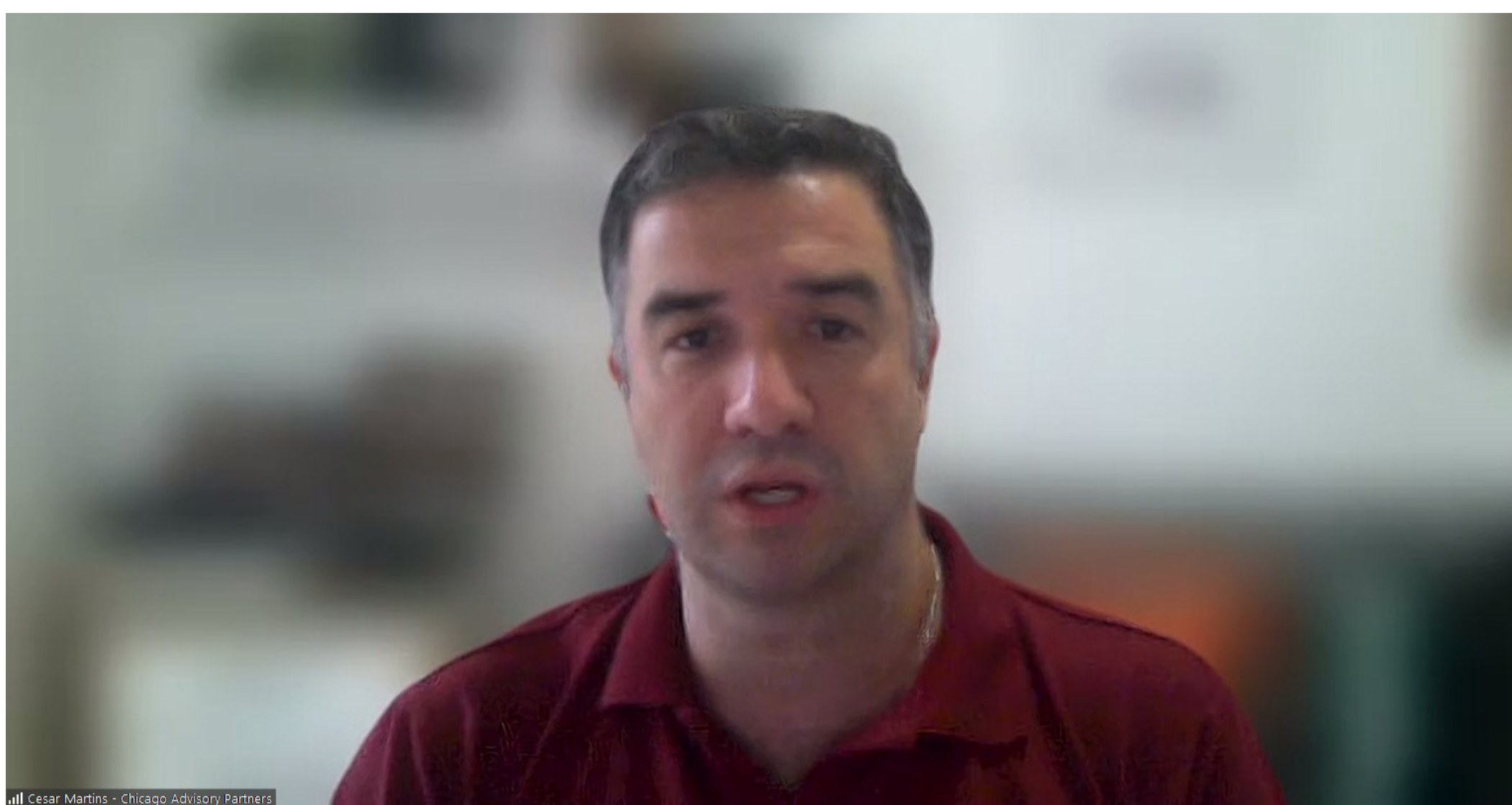


Para o segmento de comercialização de energia, os benefícios são diversos, incluindo a digitalização de etapas importantes de análise para a migração e maior transparência nas informações das contas de luz dos consumidores, conforme destacado por Neyanne. No entanto, todos os elos da cadeia do setor elétrico se beneficiam do compartilhamento dos dados do consumidor em bases interoperáveis.

Ela explicou que a implementação depende de alternativas seguras para acesso aos dados nos aplicativos das distribuidoras de energia, semelhantes aos padrões do sistema bancário. Posteriormente, é crucial uniformizar os protocolos de comunicação entre todos os agentes do mercado no país e, por fim, permitir a troca bidirecional de informações quando o sistema estiver avançado, permitindo que o consumidor gerencie os próprios dados.

César Martins, Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Chicago Advisory, compartilhou que a empresa onde atua esteve envolvida desde as primeiras discussões sobre o conceito de open finance no Brasil, apoiando a administração e suporte da implantação do compartilhamento de dados dos consumidores no mercado financeiro.

Já Rogério Melfi, integrante da Abfintech (Associação Brasileira de Fintechs), explicou com definições, a base regulatória utilizada e tecnologias adotadas para o avanço do open finance e do open insurance.



No open finance, explicou Cesar Martins, os clientes têm autonomia para usar os próprios dados, sendo as instituições financeiras obrigadas a obter consentimento específico para utilização e compartilhamento de dados específicos. Ele também mencionou que há um diretório central das empresas certificadas para compartilhar dados entre si.

Rogério Melfi, por vez, destacou o desafio inicial de determinar quais dados poderiam ser compartilhados, o que foi superado quando houve decisão de que todos os dados visíveis no extrato bancário dos clientes poderiam ser utilizados. Além disso, as instituições precisaram ajustar estruturas e sistemas internos para compartilhar os mesmos tipos de dados.



Benefícios também para as distribuidoras

Em outro momento do debate, Nyanne Brito fez questão de lembrar que a adoção do compartilhamento dos dados traz benefícios também para as distribuidoras de energia elétrica, especialmente na atualização ágil dos dados dos consumidores e na integração financeira para o pagamento das contas de luz.

Rogério Melfi lembrou ainda que o setor financeiro está vivenciando o processo de criação da Drex, moeda digital brasileira em desenvolvimento e em regulamentação pelo Banco Central, destinada a aprimorar as operações financeiras, momento em que Nyanne conectou essa transformação ao setor elétrico, especificamente no processo de liquidação da CCEE, no qual a confiança de vários agentes é crucial.

Os debatedores enfatizaram que a experiência do compartilhamento de dados dos consumidores em outros setores econômicos importantes pode apoiar e acelerar a adoção do conceito de open energy no Brasil, evitando redundâncias e capitalizando tecnologias já disponíveis.



ABRACEEL NA MÍDIA



Itaipu 50 anos: chegou a hora de renegociar

Fonte: Canal Energia

[Acesse aqui](#)



Mercado livre de energia registra 6,6 mil novos consumidores em 12 meses

Fonte: Canal Energia

[Acesse aqui](#)



Mais de 10,6 mil empresas confirmam troca de fornecedor de energia; maioria é de SP

Fonte: R7

[Acesse aqui](#)



Mais de 10 mil consumidores iniciarão procedimento de migração para mercado livre a partir de 2024

Fonte: Mega What

[Acesse aqui](#)



ABRACEEL NA MÍDIA



Abraceel vê espaço para judicializar rateio de encargos em texto de eólicas offshore

Fonte: epbr

[Acesse aqui](#)



PL das eólicas em alto-mar traz jabutis de ao menos R\$ 28 bi na conta de luz

Fonte: Folha de S. Paulo

[Acesse aqui](#)



PL das eólicas offshore pode encarecer conta de luz, diz entidade

Fonte: Poder 360

[Acesse aqui](#)



PL das eólicas offshore pode encarecer conta de luz e inviabilizar mercado livre, dizem associações

Fonte: Valor Econômico

[Acesse aqui](#)



ABRACEEL NA MÍDIA



Câmara aprova projeto com incentivo ao carvão e alteração no marco da geração distribuída

Fonte: Agência Infra

[Acesse aqui](#)



Crise entre setor elétrico e Congresso chegou ao auge com jabutis do PL 11.247

Fonte: Canal Energia

[Acesse aqui](#)



Subsídios e governança setorial representam desafios para o mercado livre

Fonte: Além da Energia - Engie

[Acesse aqui](#)

CURTAS

CCEE lança projeto para aprimorar operações do mercado de energia



No dia 24.11, a Abraceel participou do lançamento do projeto Evolução das Operações do Mercado de Energia, desenvolvido pela CCEE, em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que irá realizar aprimoramentos no modelo de operações, contabilização e liquidação financeira do mercado de energia elétrica. Na ocasião, os conselheiros Alexandre Ramos, presidente do Conselho de Administração da Câmara, e Marcelo Loureiro, informaram a importância do projeto, além dos benefícios que ele proporcionará. Fernando Colli, Secretário Executivo-Adjunto do MME, ressaltou que o projeto traz “uma visão do presente e olha para o futuro da CCEE” e que o diagnóstico trata de muitas “fortalezas” da Câmara, assim como as atividades que podem ser melhoradas. As consultorias MRC, Siglasul e Volt Robotics foram contratadas, por meio de processo seletivo do BID, para desenvolver o projeto, que terá a duração de nove meses e tem como objetivos o diagnóstico do desempenho da CCEE no cumprimento de suas responsabilidades atuais, análise das possibilidades futuras para evolução e modernização do mercado de energia brasileiro, elaboração de mapeamento identificando ações de curto, médio e longo prazo para orientar o processo de adaptação da Câmara para cumprir as responsabilidades que serão exigidas conforme diagnóstico. Além disso, serão realizados dois workshops com os agentes para interação e acompanhamento das atividades do projeto. A primeira etapa será o mapeamento dos stakeholders para avaliar a percepção dos agentes sobre a simplicidade, segurança, efetividade e rapidez das atividades realizadas pela CCEE. Em seguida, será feito benchmarking internacional e construída visão de futuro, abarcando as tendências tecnológicas e do mercado financeiro, novos mercados e serviços, maturidade da regulação, judicialização, funções e responsabilidades. Por fim, a terceira etapa é o planejamento até 2030, endereçando quais ações devem ser realizadas, motivos, momentos e maneiras de executar, bem como possíveis barreiras a serem superadas.

CCEE conclui projeto experimental de medição com a CPFL

No dia 27.11, a Abraceel se reuniu com o Conselheiro da CCEE Marco Delgado para discutir o estágio do projeto experimental de medição com a CPFL. Delgado confirmou a conclusão do projeto, validando a eficácia da solução na reprodução e envio dos dados contábeis. O próximo passo é avançar para a linha de produção, estimando finalizar a fase tecnológica até fevereiro de 2024 para implementação na contabilização de janeiro. Para consumidores com carga menor que 500 kW, sugeriu possível recontabilização anual devido à aferição de lastro, para minimizar impactos aos comercializadores. Destacou que o envio frequente de dados encarece o projeto, mas que esse serviço poderá ser oferecido aos agentes. A equipe da CCEE está elaborando uma minuta de Procedimento de Comercialização (PdC), a ser enviado à Aneel, a quem compete aprovar o novo modelo de medição.

Aneel vai deliberar Regras e Agenda Regulatória 2024 na próxima terça-feira

Está na pauta da reunião de Diretoria da Aneel do dia 05.12 a (i) aprovação da Agenda Regulatória da Agência para o biênio 2024-2025; e o (ii) resultado da CP 37/2023, sobre as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, versão 2024. A próxima reunião de diretoria, no dia 12.12, será a última ordinária de 2023.

Não deixe de ler: análise exclusiva explica mercado de energia do Texas

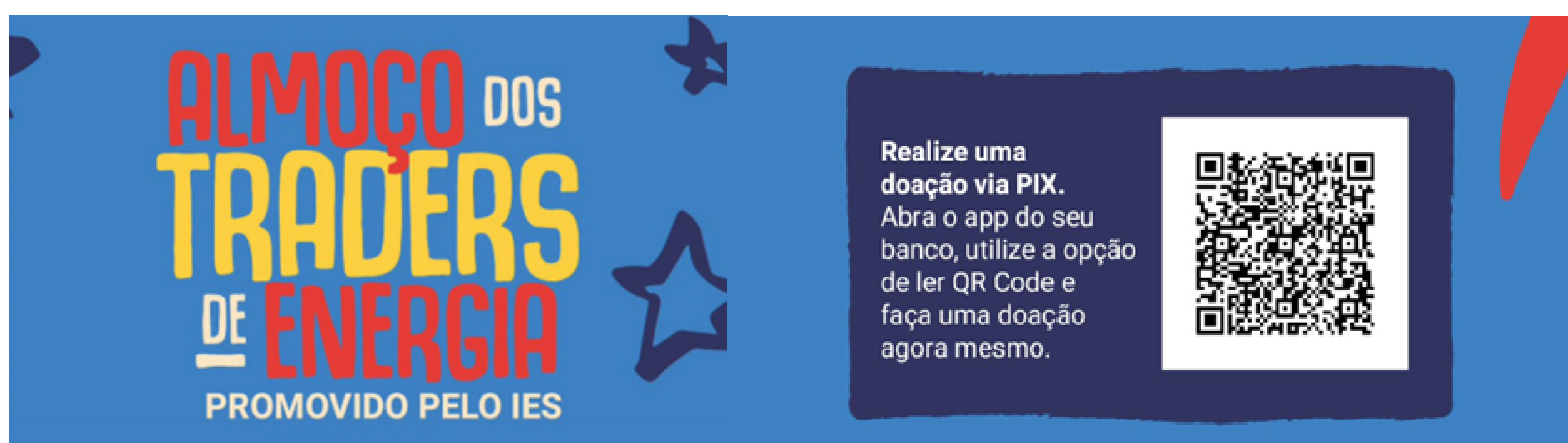
A Abraceel tem a satisfação de compartilhar análise excelente e exclusiva, realizada pela Thymos Energia, sobre o mercado de energia varejista do Texas, nos Estados Unidos. O white paper é fruto da missão internacional ao Texas, em setembro, organizada pela Abraceel e Amcham-Brasil com curadoria de conteúdo da Thymos Energia. O documento mergulha no funcionamento e estrutura do mercado do Texas, trazendo conhecimentos valiosos sobre estratégias, desafios e oportunidades que definem aquele mercado de energia. [Boa leitura!](#)

Prefeitura de São Paulo estuda migrar para o mercado livre

No dia 30.11, a Abraceel participou de encontro com o Grupo de Trabalho da Prefeitura do Município de São Paulo, que está estudando a aquisição de energia no mercado livre de energia para suas mais de 200 unidades consumidoras. O encontro debateu o contexto específico de prédios públicos e as oportunidades e principais desafios do mercado livre na contemporaneidade. Mais detalhes podem ser encontrados [aqui](#).

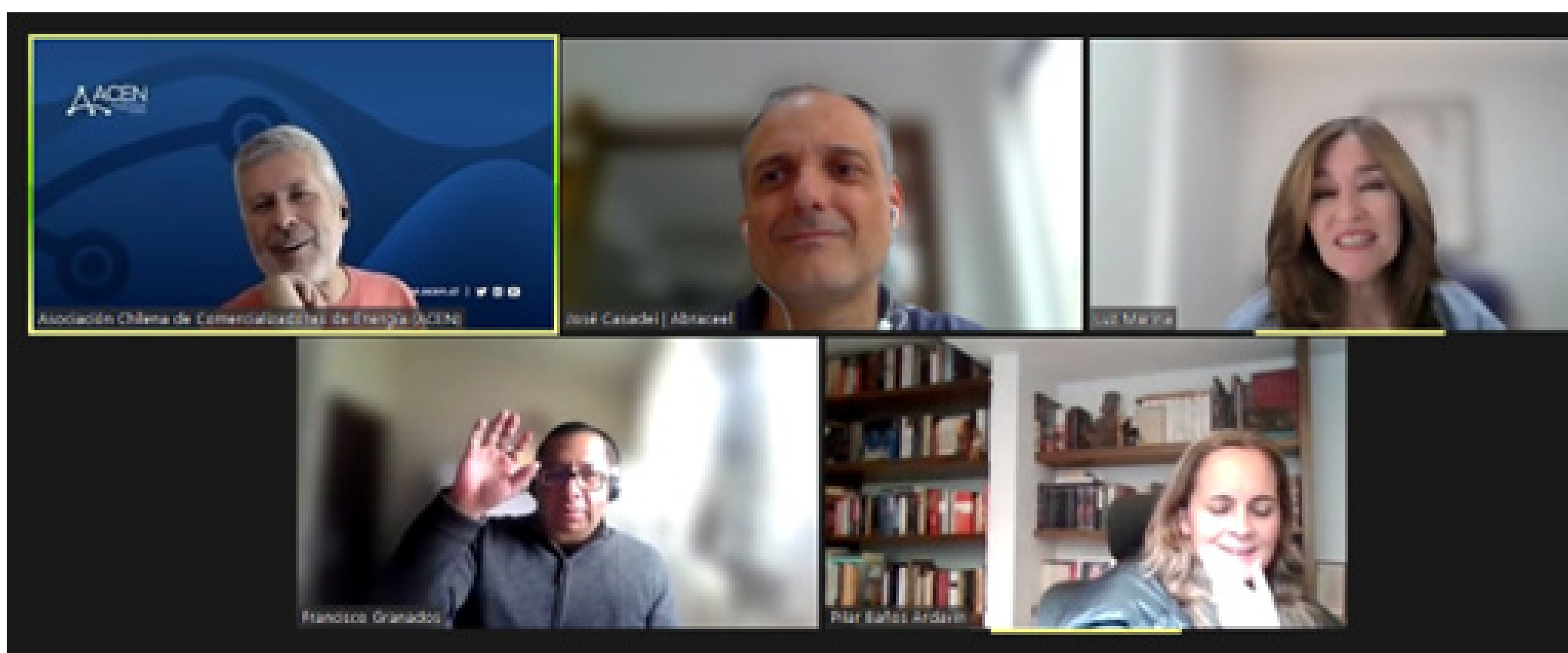
[Última chance] Participe do Almoço dos Traders! Garanta sua presença no Symppla

O Instituto Energia do Saber, organização sem fins lucrativos que promove atividades relacionadas ao desenvolvimento de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, volta a convidar todos os profissionais de empresas associadas da Abraceel para o Almoço dos Traders de Energia, tradicional evento cujo objetivo é arrecadar recursos para custear o projeto social em questão, que já auxilia mais de 2.500 crianças. O Instituto celebra ainda a formação da sua 1ª turma de alunos no ensino médio em 2023, fruto da colaboração de pessoas que vêm acreditando no trabalho em condução. O almoço será realizado no dia 08.12, entre 12h e 16h, no Club Athletico Paulistano, em São Paulo. Os interessados podem retirar ingresso pelo [link](#). O evento, este ano, abre a possibilidade para os interessados realizarem doações por PIX por QR Code.



AICE apresenta cenário do mercado mexicano de energia

No dia 28.11, os representantes da Associação Iberoamericana de Comercializadores de Energia (AICE) realizaram reunião, da qual a Abraceel participou, para conhecer o panorama do mercado energético mexicano. A Abraceel fará apresentação do cenário no mercado energético brasileiro em 23.01.2024 aos membros da AICE. No dia 29.11, houve reunião do Comitê de Comunicação e Marketing da associação ibero-americana, na qual foram debatidas as ações realizadas e as a serem adotadas nas próximas semanas.



CURTAS - GÁS NATURAL

Abraceel contribui para aprimorar mercado livre de gás em SP

A Abraceel enviou, no dia 29.11, contribuição à Consulta Pública 08/2023 da Arsesp, sobre a regulamentação do mercado livre de gás em São Paulo. Em sua contribuição, a Associação reiterou pleitos recorrentes em normas estaduais sobre o mercado de gás, de observância à competência do regulador federal para a autorização e fiscalização do agente comercializador de gás natural, sugerindo, por consequência, a exclusão das diretrizes da Deliberação 1.061/2020 que versam sobre o envio dos contratos livres pelos comercializadores à Arsesp. Além disso, no texto, a Abraceel também apoiou a redução do prazo de retorno do usuário livre ao mercado cativo e sugeriu a redução para três meses do prazo de aviso prévio para o usuário informar sua intenção de migrar ao mercado livre. A contribuição pode ser lida na íntegra no [site da Abraceel](#), aba de “Contribuições e Notas Técnicas”.

Fórum do Gás discute atuação diante de questionamentos da ANP de normas estaduais no STF

No dia 29.11 o Fórum do Gás realizou sua 5ª reunião ordinária, quando a AT-Gás apresentou o Plano Coordenado de Desenvolvimento do Transporte de Gás Natural, que abrange desde a otimização, reforço, ampliação e construção de novas instalações de transporte de gás natural até a elaboração, por parte da EPE, de estudos específicos com fins de suporte a decisões relativas aos planos coordenados. Em seguida, o grupo debateu a possível atuação em relação à decisão da diretoria da ANP de questionar junto ao STF conflitos de atos normativos estaduais com a lei federal. Ao fim, ficou agendado para março de 2024 o retorno dos encontros do Fórum, já com proposta de agenda de trabalho para o próximo ano e com novos coordenadores após o resultado das eleições.

CURTAS - EVENTOS

Abdib promove encontro virtual de infraestrutura entre os dias 07 e 08 de dezembro

O Abdib Experience Edição 2023 pretende reunir entre os seus participantes, autoridades, executivos das principais companhias do setor, além de lideranças e especialistas nos assuntos mais críticos para a realização de investimentos em infraestrutura e indústrias de base no Brasil. O evento acontece nos dias 07 e 08 de dezembro, no canal do YouTube da Abdib, para receber o link de acesso basta se inscrever clicando [aqui](#).





Semana de grandes decisões para o setor elétrico. Buscando sinalizar ações para a COP, deputado Arthur Lira avançou com o que chama de “agenda verde”. No domingo, deputado Zé Vítor apresentou relatório sobre projeto de eólicas offshore com medidas impactantes para quase todos os segmentos da cadeia setorial. De segunda a quarta, a Abraceel e agentes do setor estiveram na Câmara dos Deputados buscando amenizar os impactos da matéria, aprovada sem os dispositivos mais prejudiciais ao mercado livre, embora tenham sido mantidos diversos novos subsídios e contratações compulsórias a setores específicos, incluindo o carvão, em total falta de sintonia com a “agenda verde”. Não há expectativa de rápida deliberação da matéria no Senado Federal.

Projeto de eólica offshore é aprovado com 403 votos favoráveis, mas sem dispositivos prejudiciais ao mercado livre – após a divulgação do relatório do PL 11.247/2018 no domingo (27.11) trazer vários dispositivos prejudiciais ao mercado livre, a matéria foi aprovada na última quarta sem eles.

Surpreendendo os agentes setoriais, o relatório preliminar divulgado domingo trazia, dentre outros temas:

- 1) transferência de contratações compulsórias ao mercado livre, o que incluía, mas não se limitava, a Itaipu, nucleares e usinas estruturantes;
- 2) suspensão da abertura de mercado, incluindo a do Grupo A, até que houvesse a transferência de todos esses custos;
- 3) encargo de sobrecontratação, em razão da migração, alocada apenas aos consumidores livres;
- 4) rateio do despacho termelétrico emergencial da Lei 10.438/2002 com mercado livre;
- 5) fim da diferenciação da CDE por nível de tensão; e
- 6) importação de energia apenas para o ACR.

Entre a oficialização do parecer e a votação, a Abraceel ficou praticamente todo o tempo na Câmara dos Deputados alertando os parlamentares sobre os prejuízos que a medida traria para o equilíbrio setorial.

Na segunda, a Abraceel se reuniu com o assessor do deputado Zé Vítor (PL-MG), relator da matéria, que preparava nova versão do relatório, quando pôde apresentar argumentos e reforçar que mudanças dessa magnitude deveriam ser feitas com diálogo para evitar desequilíbrios. Além disso, estabeleceu diálogo com agentes do setor e Governo buscando reverter a situação.

Na terça-feira, a Abraceel se reuniu com parlamentares e importantes lideranças do Congresso para explicar os prejuízos que a aprovação do tex-

to poderia trazer, com destaque para o artigo 21 do relatório divulgado no domingo, que suspendia a abertura do mercado até que houvesse a transferência de diversos custos setoriais, com um prejuízo estimado em R\$ 45 bilhões por ano para o mercado livre.

Compreendendo a dimensão dos problemas que o relatório trazia, o deputado Beto Richa (PSDB-PR) liderou a apresentação de emenda de plenário para supressão do artigo supracitado, emenda que foi subscrita pela liderança do bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE e PATRIOTA.

A Abraceel também esteve reunida com o próprio relator da matéria, deputado Zé Vítor, em conjunto com a Fiemg, quando houve a oportunidade de explicar seus argumentos e a preocupação com os dispositivos que o relatório trazia. Após a reunião, nova versão do relatório foi divulgada, excluindo pontos prejudiciais ao mercado livre.

A redação final ainda não foi disponibilizada até o envio deste Relatório Semanal, mas o texto final teve mudança apenas em relação à geração distribuída:

[Link para o relatório](#)

[Emenda acrescida na votação](#)

A matéria segue para deliberação final do Senado Federal, já que a tramitação foi iniciada naquela Casa. Todavia, não há previsão para que o projeto seja deliberado este ano, embora seja possível acontecer tão logo a matéria seja recebida pelos senadores. Cabe ao Senado acatar ou rejeitar as mudanças da Câmara. A próxima semana tende a ser esvaziada em virtude da COP-28, que terá presença de parlamentares brasileiros.

PL do hidrogênio também é aprovado, mas sem subsídios – Vale destacar que foi a proximidade da COP que motivou a Câmara dos Deputados a deliberar o PL da eólica offshore, que estava inserida nas temáticas do presidente Arthur Lira em relação à agenda verde. Na terça, além de terem sido aprovados requerimentos de urgência para matérias relacionadas à temática ambiental, foi aprovado o PL 2.308/2023, que dispõe sobre a definição legal de hidrogênio combustível e de hidrogênio verde, dessa vez, excluindo subsídios custeados pelos consumidores de energia elétrica. Confira [aqui](#).

Agenda verde – Há expectativa que, ainda este ano, sejam deliberados outros projetos ligados à pauta verde, como o projeto do combustível do futuro, o que cria o Programa de Aceleração da Transição Energética (PATEN) e o projeto sobre o mercado de carbono. Todos ainda sem relatório, contudo.

O Congresso Nacional terá poucas semanas de trabalho antes do recesso e a Câmara ainda precisa analisar a reforma tributária, cuja expectativa é deliberar na semana de 11.12, e a Casa também precisa analisar a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Próxima Semana

Câmara dos Deputados

Quarta-feira, 06.12, às 9h30 – Audiência pública para debater “Descumprimento de prazos na conexão de micro e minigeração de energia”, com a presença da Aneel, Abradee, Cemig, CPFL, Idec e Absolar. Veja [aqui](#).

PRÓXIMA SEMANA

04.12 – segunda-feira: Abraceel se reúne com a Casa Civil para debater o PL 11.247/2018, que trata da geração offshore, às 11h.

05.12 - terça-feira: Abraceel participa da 58ª Reunião de Altos Executivos, organizada pela CIER, em Foz do Iguaçu, às 10h40.

06.12 - quarta-feira: Abraceel participa do workshop da CPAMP, às 9h;

Abraceel participa de reunião do Conselho de Infraestrutura (Coinfra) da CNI, às 10h;

Grupo Técnico se reúne para discutir a proposta de benchmarking do processo de migração ao ACL, às 15h;

Abraceel se reúne com os conselheiros da CCEE Marco Delgado e Marcelo Loureiro para discutir sobre limitação no número de perfis dos agentes, às 16h;

Abraceel participa do evento de fim de ano da Abradee, às 19h;

Abraceel participa de confraternização de fim de ano da Abragel, às 19h;

Abraceel participa do N5X Work Week, que discutirá negócios no mercado de energia, em São Paulo, às 19h45.

07.12 - quinta-feira: Abraceel participa de reunião ordinária do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase), às 14h30;

Conselho de Administração da Abraceel realiza reunião online, aberta a participação dos associados, às 15h;

Abraceel realiza Assembleia Geral Ordinária para deliberação do orçamento e metas do Planejamento Estratégico, às 17h;

Abraceel realiza Coquetel Anual de Confraternização, no Espaço Itahy, localizado na rua Jorge Coelho, 98, Itaim Bibi, São Paulo, às 19h.